

Movimentos sociais em educação

As escolas da floresta

CEDI - P. I. B.
 DATA 19/04/94
 COD 0MD 00083

Nieta Lindenberg Monte*

além do trabalho manual e artesanal, fundado na tradição oral. Reivindicam também o direito à autoria, participação no saber escrito pelos da cidade, dever para com eles do Estado brasileiro, viabilizável principalmente através da escola.

Dever de qualidade

A produção das ciências sociais a respeito do tema "movimentos sociais e educação", além de restrita a uma pequena tribo de autores preocupados com a questão, tem se concentrado mais na análise dos movimentos urbanos, especialmente aqueles ocorridos em São Paulo e Minas Gerais. Quase não há estudos sobre a relação entre movimentos no campo e demandas por escola pública. Esta ausência será reflexo de uma realidade histórica de suposto "desinteresse do homem do campo por educação escolar", como querem alguns autores, para quem a escola não faria parte das reivindicações fundamentais dos movimentos rurais? A meu ver, tal ausência é mais fruto de uma omissão, já que alguns movimentos no campo vêm sendo mesmo paradigmáticos de uma força política original também nas lutas educacionais.

Refiro-me especialmente aos movimentos dos índios e dos seringueiros da Amazônia ocidental brasileira, que hoje se articulam formando a "Aliança dos Povos da Floresta". Este movimento exerce pressões e tem repercussões em nível mundial nas lutas ambientalistas e no questionamento do modelo capitalista de desenvolvimento e ocupação territorial. O que pretendem estes movimentos no campo educa-

cional, e que contribuição original apresentam às demais lutas sociais neste campo?

A constituição dos movimentos de índios e seringueiros se fez na segunda metade da década de 70, especialmente no Acre, onde surgiram também diversas entidades de apoio político e assessoria

Tais demandas por escolas da floresta vêm revestidas de um caráter original pela qualidade do produto educativo solicitado: estas escolas, ainda que públicas e de responsabilidade da União, devem ser diferenciadas na sua formulação curricular e na formação de seus agentes educadores.



J. R. Ripper / Imagens da Terra

A caminho da escola

técnica às suas necessidades. Sua atuação é ampla e diversificada, indo desde a luta fundiária - demarcação das terras indígenas e reservas extrativistas - até as reivindicações pela extensão dos serviços de saúde e educação às aldeias e seringais.

Os índios e as populações extrativistas vêm se conscientizando e pressionando a consciência nacional da necessidade de ampliar suas práticas produtivas, culturais e educacionais para

No caso indígena, um currículo bilíngüe e intercultural, que possibilite o uso e atualização das línguas indígenas e de seus etnoconhecimentos ao longo de todo processo educativo, junto com a aquisição dos saberes escolares. No caso dos seringueiros, um currículo que possa valorizar e socializar os conhecimentos por eles acumulados na sua inter-relação com o meio natural e cultural. Nos dois casos, reivindicam a formação de professores índios e seringueiros, que apro-

* Sócio-lingüista e educadora, presidente da Comissão Pró-Índio do Acre e coordenadora do Projeto de Educação Indígena do Acre. Desde 1983 assessora 35 escolas acreanas.

priando-se do saber escolar elaboram a síntese e a sistematização destes conhecimentos através de seu saber popular.

Neste processo, cabe ao Estado financiar a implantação e manutenção da rede escolar na floresta, estando a cargo de agências financiadoras nacionais e internacionais a garantia da qualidade diferenciada do produto construído nos cursos de formação dos professores índios e seringueiros e na produção de material didático adequado a tal especificidade étnica e cultural, com o concurso de universidades e outras entidades. Estas têm sido, em linhas gerais, as metas estratégicas político-pedagógicas destes movimentos, visando a expansão e melhoria da rede primária das áreas indígenas e reservas extrativistas da região.

A atuação destes movimentos, especialmente a dos índios junto à sociedade civil e ao Estado, resultou na inclusão no texto da nova Constituição e na Lei de Diretrizes e Bases em tramitação no Congresso Nacional, de capítulos e artigos dedicados à definição e detalhamento da Educação Indígena Nacional, doravante também da responsabilidade do sistema de ensino da União.

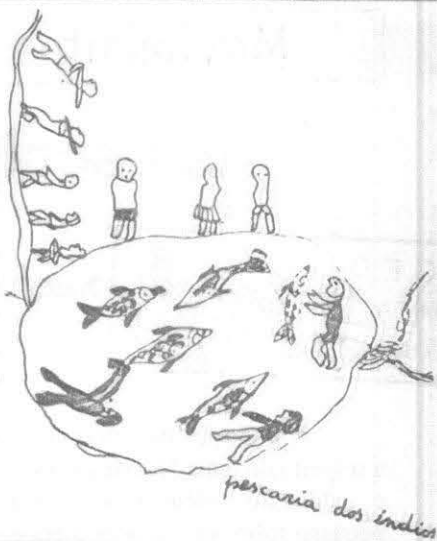
Tais mudanças institucionais e jurídicas refletem e absorvem o interesse dos indígenas por um tratamento nem discriminatório nem integrador por parte das políticas públicas da União, que leve em conta um projeto étnico e democrático, com vistas à conquista de uma cidadania diferenciada, viabilizável também pela escola.

Creio haver podido ressaltar a grande força que assumem as demandas propriamente educacionais em alguns destes movimentos sociais no campo, implicando em significativos avanços pedagógicos por eles (e seus mediadores) elaborados: assim, questões como a relação dialética entre saber científico e saber popular; a transição de sociedade de tradição oral para escrita; a formação gradual e permanente de um quadro de professores leigos com financiamento do Estado e apoio de algumas universidades brasileiras - estes são, no meu entender, alguns aspectos novos e particulares aos povos da floresta no conjunto das lutas pelo ensino básico da sociedade brasileira como um todo. ■

Línguas

“A nossa língua indígena eu acho importante, porque os nossos alunos, que não entendem a palavra no português, nós podemos dizer primeiro na nossa língua. E depois, nós podemos dizer no português o que é que significam as palavras. É também importante escrever nosso mito, o mariri e a nossa língua. E muitas coisas que nós podemos fazer.”

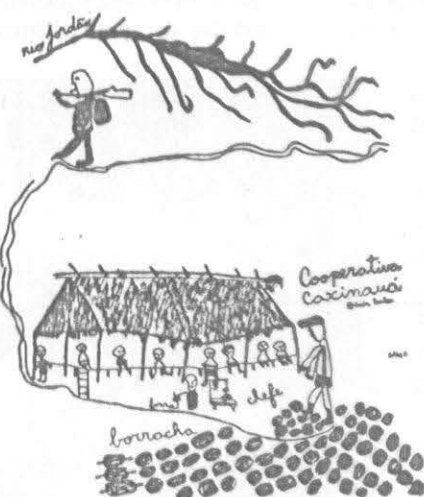
Edson Medeiros Kaxi



A criação do índio

“Foi criado em março de 83 um curso de formação de monitores indígenas do Acre. Porque antes de nós fazemos esse curso, realmente ninguém nem tinha sonhado que ia surgir esse tipo de trabalho como a gente já está trabalhando com nossos alunos de comunidade indígena, por nossa conta própria. Não precisamos mais do branco para funcionar a escola, a cooperativa.”

João Carlos Kaxinawá Jordão



A escola e o artesanato

“Cada escola já pode ter a casa de artesanato para a escola começar a desenvolver. Já começa ajudar a fazer preço de cada objeto das coisas, daí soma e dá o total para o dono do trabalho saber o valor do seu serviço, para receber, comprar o que ele quer. Além disso, a escola pode garantir transporte. O dono de cada grupo ajuda a botar no canto, bem numerado por cada grupo de escola, para começar a vender pelo grupo da aldeia. E a escola garante o

transporte até a cidade para outros comprarem também. Realmente para usar. O valor desse artesanato vai para quem trabalhou nele na escola.”

Osair Sales Siã

